



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Saúde

Senhor Deputado António Maló de Abreu

Assembleia da República, 25 de maio de 2023

**Assunto: Audição do Diretor Executivo do SNS e do Ministro da Saúde sobre o encerramento de blocos de parto na Região de Lisboa e Vale do Tejo**

O PCP tem vindo a alertar para a difícil situação no que respeita ao adequado acompanhamento da gravidez, ao acesso a serviços de obstetrícia, particularmente os serviços de urgências, à qualidade e disponibilidade dos blocos de partos.

Preocupações que resultam da evidência de que a saúde materna está hoje confrontada com graves problemas, que têm vindo a agudizar-se e para os quais são necessárias respostas urgentes, bem como a adoção de medidas estruturais que ponham fim à progressiva diminuição da assistência prestada no SNS.

É preciso adotar medidas que visem a valorização salarial dos profissionais de saúde, das suas carreiras e a melhoria das suas condições de trabalho.

Em resposta às dificuldades sentidas nos serviços de urgência de obstetrícia e ginecologia e nos blocos de partos, na região de Lisboa e Vale do Tejo, vem agora o Governo, através da deliberação da Direção Executiva do SNS – DE-SNS 050/2023 – anunciar a manutenção de esquemas rotativos de encerramento dos blocos de parto, em muitos dos hospitais, durante o período de verão.

É também anunciado o encerramento do bloco de partos no Hospital Santa Maria, a partir de 1 de agosto, durante um período de 9-12 meses e o encerramento temporário, a partir de 1 de junho, do serviço de urgência de ginecologia e obstetrícia do Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E..

E em alternativa a solução avançada é o de encaminhamento dos utentes para o Hospital de São Francisco Xavier, de Leiria, estando igualmente previsto o envio de grávidas em trabalho de parto, com mais de 36 semanas de gestação, diretamente para os hospitais do setor privado da Região de Lisboa e Vale do Tejo.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

A decisão de manutenção dos encerramentos rotativos destas urgências e a opção de recorrer aos grupos privados para suprir as necessidades, traz à evidência a opção de continuar a transferir recursos públicos para o sector privado, não atuando onde é necessário, designadamente na captação e fixação dos profissionais de saúde no SNS.

Com o enquadramento descrito, vem o **Grupo Parlamentar do PCP requerer** a realização, **com carácter de urgência**, da **Audição** do Senhor Diretor Executivo do SNS e do Ministro da Saúde.

O Deputado

João Dias